

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM UMA SOCIEDADE DE ELITE: DOIS AUTORES

JORGE PESSOA DE CARVALHO

Aluno regular – Nº USP: 3757160

Monografia apresentada para a disciplina
“**AUP5840 - O Mercado e o Estado na Organização Espacial da
Produção**”

Prof. Csaba Deak, Prof. Nuno de Azevedo Fonseca

Julho de 2018

APRESENTAÇÃO:

Este texto, escrito como monografia para a matéria AUP5840 – O Mercado e o Estado na Organização Espacial da Produção, ministrada pelos professores Csaba Deak e Nuno de Azevedo Fonseca, tem a intenção de discutir a produção e a organização do espaço urbano no município de São Paulo através da análise de dois autores: Flávio Vilaça¹ e Csaba Deák². Pretende-se discutir aqui, em especial, as questões referentes à diferenciação do espaço urbano como consequência da provisão de infraestrutura urbana pelo Estado e a existente segregação urbana por faixa de renda. Para tanto usaremos dois textos de Flávio Vilaça – “EFEITOS DO ESPAÇO SOBRE O SOCIAL NA METRÓPOLE BRASILEIRA”³ e “SÃO PAULO: SEGREGAÇÃO URBANA E DESIGUALDADE”⁴ – e três textos de Csaba Deák – “A METRÓPOLE DE UMA SOCIEDADE DE ELITE”⁵, “INFORMALIDADE NAS SOCIEDADES DE ELITE DA AMÉRICA LATINA”⁶ e seu livro “EM BUSCA DAS CATEGORIAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO”⁷.

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo(1953), mestrado em City Planning pela Georgia Institute of Technology(1958), doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo(1979) e pós-doutorado pela Lawrence Berkeley National Laboratory(1985). Atualmente é Professor Colaborador da Universidade de São Paulo, Cargo de Chefe de Assessoria Técnica da Prefeitura Municipal de São Paulo e Arquiteto do Fundação Prefeito Faria Lima. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo.

² Graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1965), mestrado com a dissertação Modelo de Simulação do Assentamento Residencial -MoSAR, FAUUSP (1980). Tese de doutorado Rent theory and the price of urban land/ Spatial organization in a capitalist economy, Cambridge University (1985). Tese de livre-docência À busca das categorias da produção do espaço, FAUUSP (2001). Professor titular do Departamento de projetos, FAUUSP (2007). Aposentado desde 2011, mantém atividades didáticas e de orientação no Curso de pósgraduação da FAU. Linhas de pesquisa: organização espacial, planejamento urbano, Brasil, estágios de desenvolvimento.

Sítio: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/index.html

³ VILLAÇA, Flavio (1999) "EFEITOS DO ESPAÇO SOBRE O SOCIAL NA METRÓPOLE BRASILEIRA" in SOUZA, Maria Adélia Ap. de; LINS, Sonia Correia; SANTOS, Maria do Pilar Costa; SANTOS, Murilo da Costa (orgs. 1999) METRÓPOLE E GLOBALIZAÇÃO - CONHECENDO A CIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo, Editora CEDESP, 1999.

⁴ VILLAÇA, Flavio (2011) “SÃO PAULO: SEGREGAÇÃO URBANA E DESIGUALDADE” In Estudos Avançados, Volume 25, nº 71. Jan / Abr, 2011.

⁵ DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli (2007) A METRÓPOLE DE UMA SOCIEDADE DE ELITE” in SEGBERS, Klaus et alii (2007) The making of global city-regions Johns Hopkins, Baltimore

⁶ DEÁK, Csaba (2006) "Informalidade nas sociedades de elite da América Latina" SEMINARIO INTERNACIONAL: *Teoría y política sobre asentamientos informales* Universidad Nacional de General Sarmiento · Instituto del Conurbano, Buenos Aires

⁷ DEÁK Csaba "EM BUSCA DAS CATEGORIAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO”, Annablume, 2016

INTRODUÇÃO:

Ao analisarmos o espaço urbano da cidade de São Paulo, percebemos claramente que a maior diversidade de usos do solo estão situadas na porção sudoeste da cidade de São Paulo. Se analisarmos a distribuição das áreas mais permissivas do ponto de vista do coeficiente de aproveitamento, percebe-se que quase 90% do potencial construtivo de São Paulo se encontrou neste setor da cidade até a promulgação da última lei de zoneamento de 2016. O mesmo se pode observar com relação às zonas mais restritivas e exclusivas como a ZER-1. Concentra-se assim, nesta pequena parte da cidade, a maior parte de suas categorias e subcategorias de uso, identificando esta região como concentradora das paisagens formais ricas e valorizadas e, conseqüentemente, com maior capacidade de atrair investimentos e melhoramentos para a região. No restante da cidade apenas um mar de Z2, pontilhadas por pequenas áreas de Z3 ou Z4, zonas de maior potencial construtivo, no centro de cada um dos bairros, ou então zonas industriais.

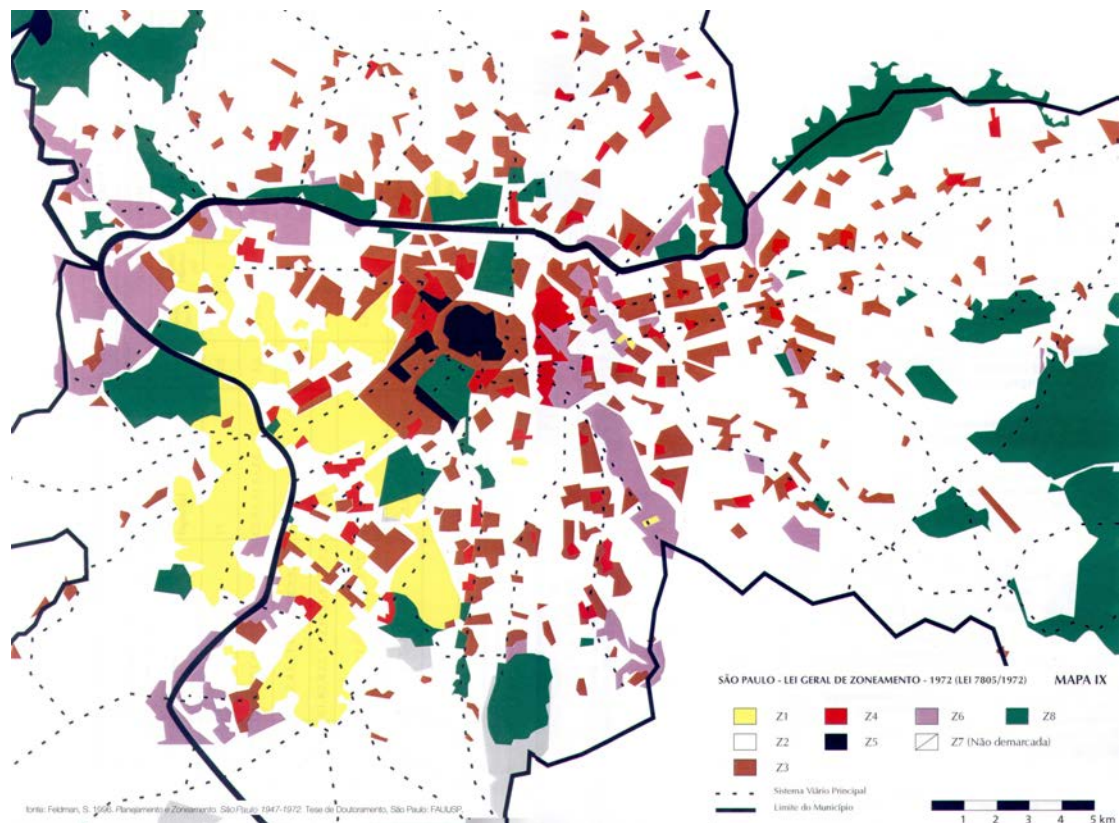


FIGURA 1 - MAPA SIMPLIFICADO DO ZONEAMENTO DE 1972 DE SÃO PAULO.

A urbanista Raquel Rolnik demonstra que este fato não se iniciou com a Lei de Zoneamento de 1972, mas está enraizado a uma ordem jurídico urbanística formulada no começo do século passado em que já existia uma contraposição entre o vetor sudoeste, traçado a partir do centro velho, e o restante da cidade.

A partir da última década do Século XIX, as elites iniciam um processo de ocupação para uso residencial das colinas a Sul e Oeste da cidade, secas e ventiladas, iniciando com a ocupação dos Campos Elíseos e depois rumo a Higienópolis, Avenida Paulista e Jardins (ROLNIK, 1997), enquanto a população operária, impulsionada pelo primeiro surto de industrialização de São Paulo, ocupava a várzea da margem direita do rio Tamanduateí.

A barreira representada pelas ferrovias Santos-Jundiaí, ao longo da várzea do Tamanduateí, e Central do Brasil, ao longo da várzea do Tietê, com suas poucas possibilidades de transposição, era a muralha que dividia claramente o território da cidade. “De um lado a “sala de visitas”, com a convivência urbana, os jardins públicos, os bairros elegantes. De outro, o quintal”, com tudo o que era considerado indesejável ou perigoso, inclusive a população operária” (ROLNIK, 2000, p. 4). A cidade fortemente dualizada ente as terras altas ricas e qualificadas e as terras baixas pobres e insalubres foi um aspecto dominante em São Paulo durante todo o Século XX.

O critério para a delimitação dos perímetros das zonas de uso da Lei de Zoneamento de 1972 foi totalmente baseado na estrutura urbana existente na época. O trabalho foi quase que inteiramente fundamentado na pesquisa do Padre Lebret, sociólogo francês que fez um levantamento da estrutura urbana da cidade de São Paulo em meados da década de 1950, e nas atualizações que haviam sido feitas, dez anos mais tarde, pelo grupo de urbanistas contratados pela prefeitura para a elaboração do PUB, Plano Urbanístico Básico (CARVALHO, 2008)

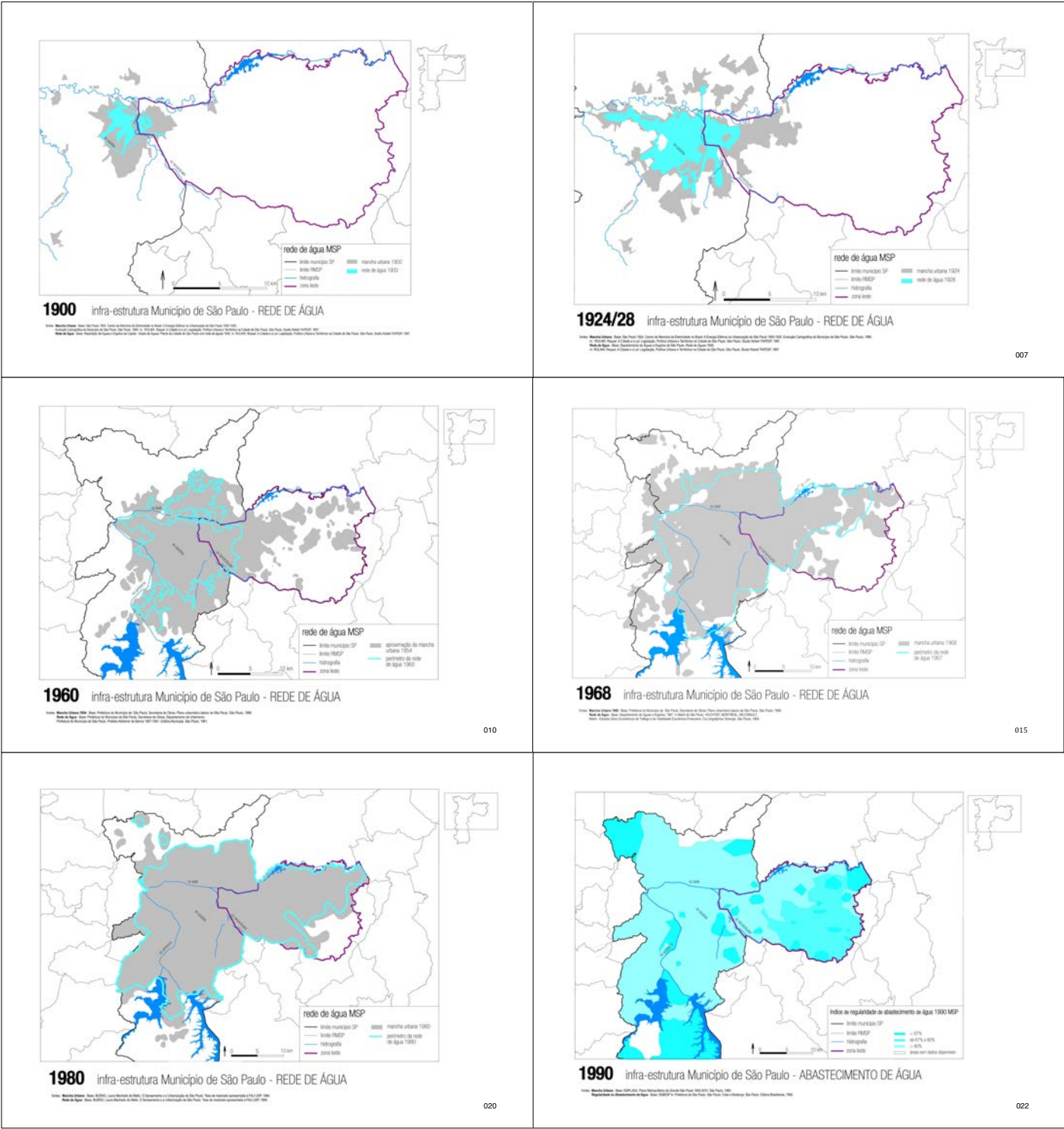
“Portanto, ao declarar que só ali, onde já estavam concentrados os terrenos mais valorizados, poder-se-iam praticar os

coeficientes mais altos e os usos mais diversificados, a lei se transformou em indexador, reiterando o status quo de distribuição de riqueza imobiliária de cidade”. (ROLNIK, 1997, p. 201)

As diferenças entre o rico vetor sudoeste e o restante da cidade também transparecem na qualidade e acesso à infraestrutura urbana, decorrentes da discrepância entre o ritmo e o volume dos investimentos públicos, que associados a grandes investimentos privados, foram capazes de sustentar, neste último século, a posição de região mais valorizada da cidade, criando e recriando pólos de atratividade dentro do próprio vetor.

A concentração de renda em uma pequena parcela da sociedade brasileira resulta numa concentração espacial da classe mais enriquecida numa pequena parte da cidade. Essa concentração acontece geralmente nas regiões mais urbanizadas das cidades, com maior oferta de emprego, comércio, infraestrutura, serviços públicos e serviços em geral, especialmente os de cultura e lazer. A escassez de oferta de áreas com alto grau de urbanização nas cidades, por incapacidade governamental, faz com que, nessas regiões, tenha-se uma enorme competição pelas localizações urbanas, elevando cada vez mais o preço da terra e agravando a segregação por faixa de renda.

Não é novidade que as ações do Estado em geral estejam alinhadas aos interesses das classes dominantes, concentrando os investimentos públicos justamente nas áreas mais bem servidas da cidade, causando um enorme déficit na oferta de infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos em outras áreas e aumentando ainda mais os diferenciais de preços do solo da aglomeração urbana, isto é, a ampliação dos preços relativos das localizações devido ao efeito de diferenciação da malha urbana.



007

010

015

020

022

FIGURA 2 - INFRAESTRUTURA MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - REDE DE ÁGUA - DE 1900 A 1990, in ROLNIK, 2000.

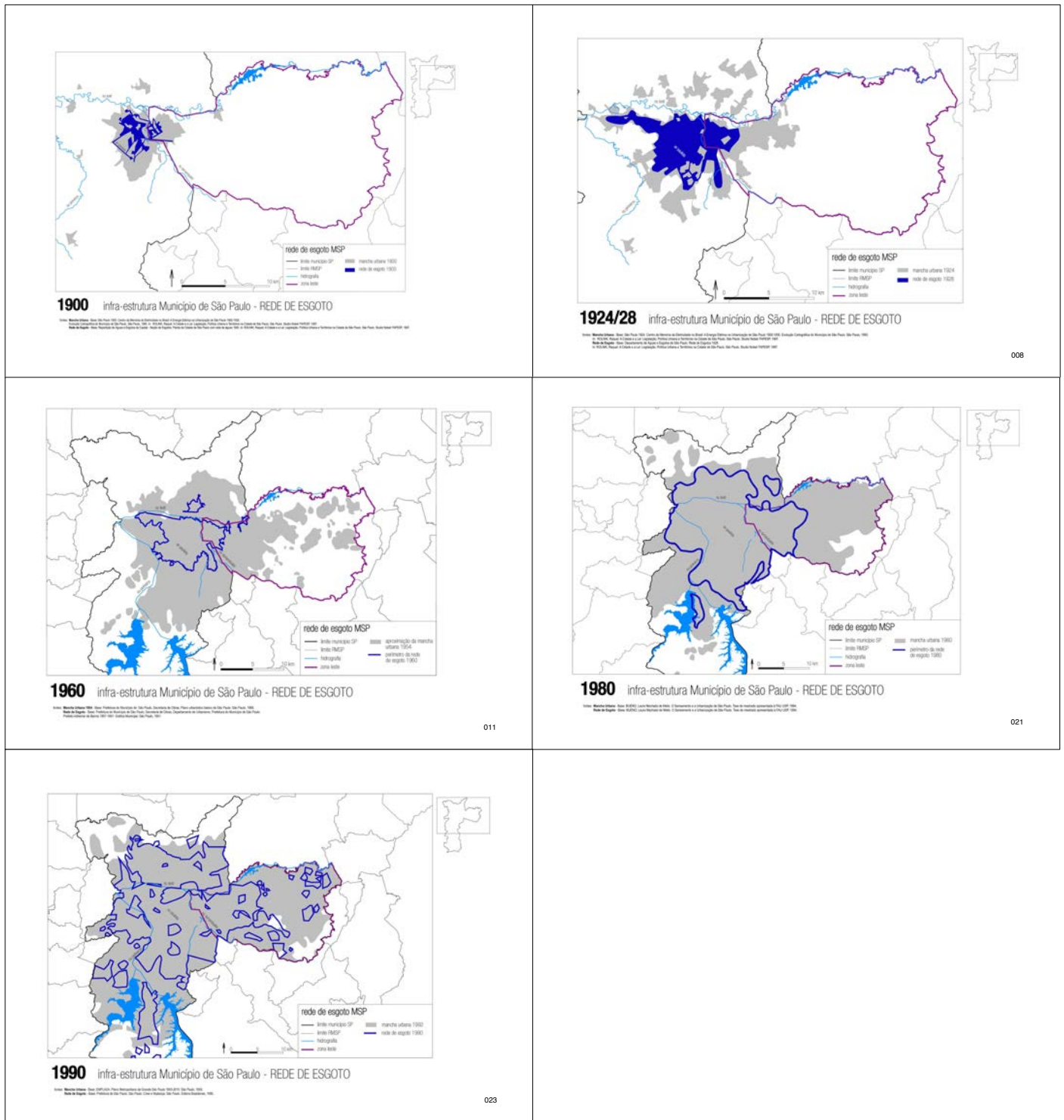


FIGURA 3 - INFRAESTRUTURA MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - REDE DE ESGOTO - DE 1900 A 1990
in ROLNIK, 2000.

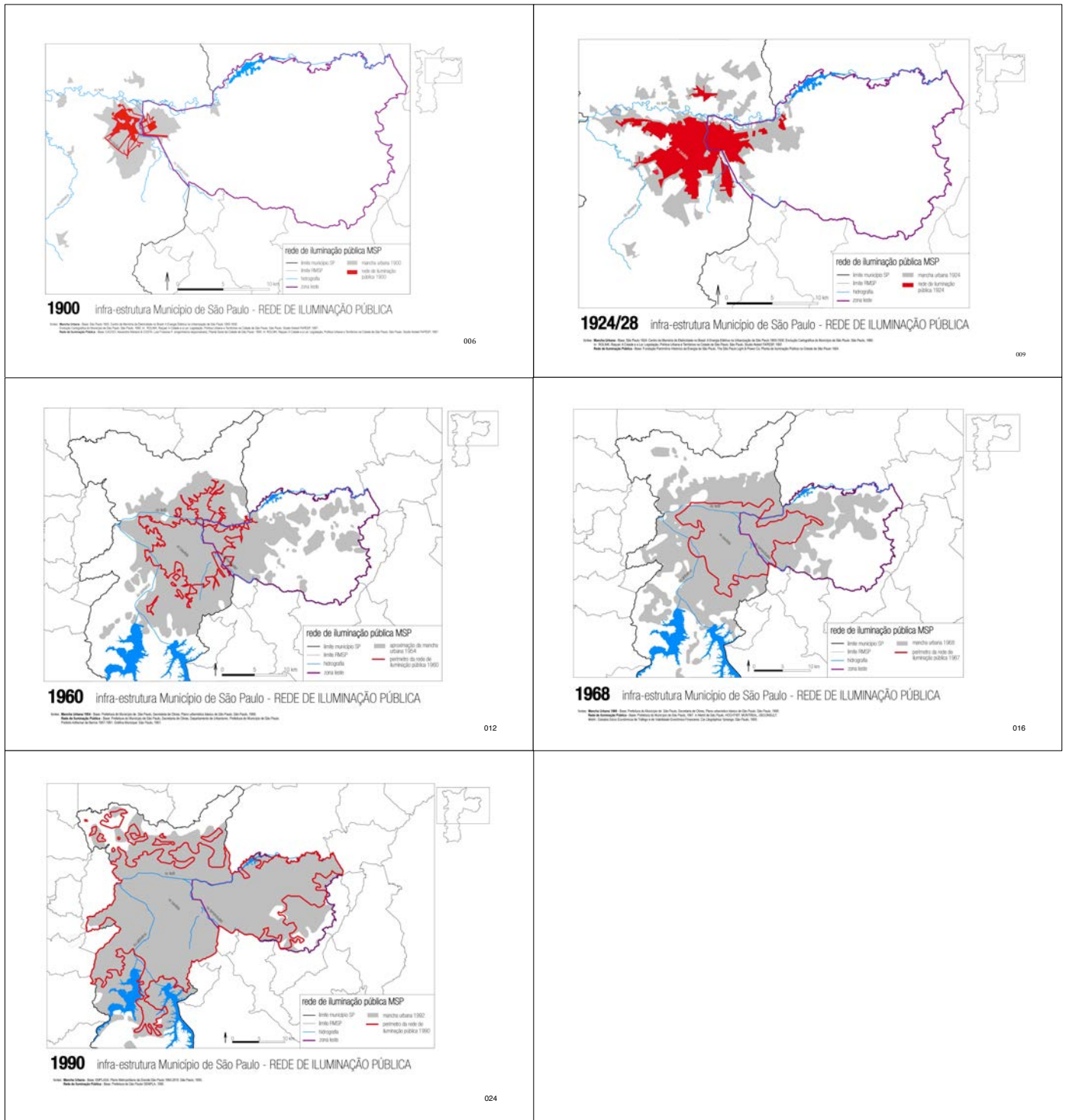


FIGURA 4 - INFRAESTRUTURA MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DE 1900 A 1990 in ROLNIK, 2000.

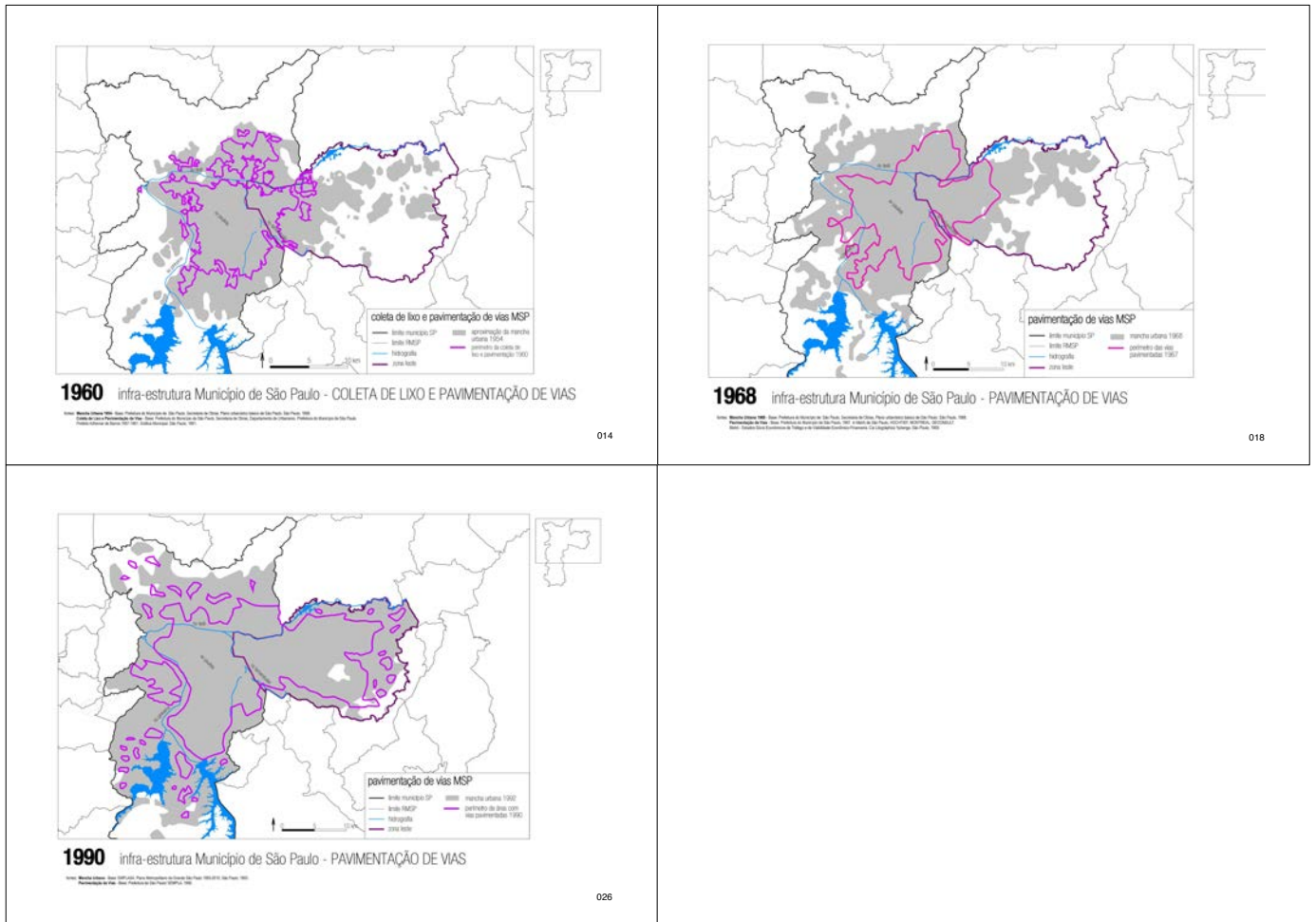


FIGURA 5 - INFRAESTRUTURA MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS - DE 1960 A 1990 in ROLNIK, 2000.

A seguir veremos as análises e explicações dos professores Flávio Villaça e Csaba Deák para as questões referentes à diferenciação do espaço urbano como consequência da provisão de infraestrutura urbana pelo Estado e a existente segregação urbana por faixa de renda.

A ANÁLISE DE FLÁVIO VILLAÇA:

Flávio Villaça afirma que existe uma tendência generalizada em se concordar que há uma inter-relação profunda entre espaço e formação social, mas que a maioria dos estudos sócio espaciais parte das transformações na estrutura social, econômica e política para então explicar as transformações correspondente do espaço. Segundo Villaça, estes estudos, por partirem das transformações sociais com ênfase nas transformações econômicas, falam muito da *produção* do espaço, mas pouco falam sobre o *consumo* dessa produção, e nada falam dos efeitos do espaço sobre o social (VILLAÇA, 1999).

É nesta esfera, sobre os efeitos do espaço produzido sobre o social, que o autor se aventura ao colocar a segregação espacial das classes sociais como um "processo necessário para o exercício da dominação política e desigual apropriação dos recursos do espaço enquanto produto do trabalho e como a força determinante da estruturação intra-urbana" (Villaça 1999, p. 222).

Segundo Villaça, o espaço urbano é um produto não intencional do trabalho humano, resultante da produção individual de valores por milhares de trabalhadores e de proprietários de meios de produção. "O espaço urbano, entretanto, tem um valor próprio que não se confunde com o valor desses produtos, nem com a sua soma. É o valor da localização" (Villaça 1999, p. 222).

Para Villaça a localização é um valor de uso, fruto do trabalho humano socialmente necessário empregado na produção da cidade inteira, que se define pela capacidade que determinado ponto no território oferece de se relacionar, através de deslocamentos espaciais, com todos os demais pontos da cidade e se manifesta no valor da terra urbana.

Para Villaça (2011) o controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja: sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer etc.

“Não podendo atuar diretamente sobre o tempo, os homens atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo. Da decorrerem a grande disputa social em torno da produção do espaço urbano e a importância do sistema de transporte como elemento da estrutura urbana” (Villaça, 2011, p. 56).

Para Villaça (1999) as classes sociais disputam entre si a ocupação das localizações mais privilegiadas e valiosas. Através da propriedade dessas localizações elas se apropriam de parte do valor do trabalho social despendido na produção do espaço, o qual se materializa na valorização do terreno. A segregação entre as classes sociais no espaço urbano é, portanto, para o autor, um processo necessário para a apropriação diferenciada dessa valorização.

Segundo Villaça (1999), desde a segunda metade do século XIX, quando a maioria das atuais metrópoles brasileiras começou a apresentar altas taxas de crescimento, as classes de renda mais altas começaram a exibir um processo de segregação que segue até hoje a mesma tendência. “Em todas elas, sem exceção, a tendência é de essas classes [de alta renda] se agregarem numa única e mesma *região geral* da cidade: [...]; o quadrante sudoeste, em São Paulo [...]” (Villaça, 1999, p. 224).

Villaça pretende demonstrar a tese de que através da segregação a classe dominante controla a produção e o consumo do espaço urbano, não só produzindo suas áreas residenciais nas áreas mais agradáveis e bem localizadas, mas também atuando sobre toda a estrutura urbana segundo os seus interesses. A segregação entre as classes sociais no espaço urbano é um processo necessário também para que haja este controle.

Segundo Villaça o controle da produção e consumo do espaço urbano exercido pela classe dominante se dá em três esferas:

1. Na esfera econômica, através do controle do mercado imobiliário, que produz os bairros da classe dominante no local onde esta esteja, principalmente por meio do deslocamento do centro principal. Para o

autor, observa-se aí um duplo processo que consiste, por um lado, no abandono do centro principal pelas camadas de alta renda e, por outro, na produção, *por elas e para elas*, de um novo centro.

“O processo de abandono do centro principal (histórico) e de produção de um “novo centro” se concretiza no mercado imobiliário na medida em que as localizações “centrais”, imobiliariamente mais valorizadas, seguindo o deslocamento dos bairros de alta renda, mudam radicalmente, passando do “Centro Velho” para o “Centro Novo”. Controlando o mercado imobiliário a classe dominante controla não só o crescimento (ou a falta de) do centro principal mas também a forma e a direção desse crescimento” (Villaça, 1999, p. 230).

2. Na esfera política através do controle do Estado que, no que se refere ao espaço urbano, se manifesta de três maneiras:
 - a. No controle da localização das infraestruturas urbanas;
 - b. No controle da localização dos aparelhos do Estado;
 - c. No controle da legislação de uso e ocupação do solo.

3. Na esfera ideológica através do controle da mídia. Villaça cita Chauí ao dizer que “Ideologia é aquela versão da realidade social desenvolvida pela classe dominante tendo em vista facilitar a dominação, tornando-a aceitável pelos dominados. [...]. Por meio da ideologia os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação fazendo que estas pareçam verdadeiras e justas.”⁸

Villaça conclui que a segregação espacial das classes de alta renda em uma única região da cidade é necessária para viabilizar a dominação e o controle, por parte dessas classes, da produção e do consumo do espaço urbano. Desta forma possibilita o deslocamento das centralidades para a sua região

⁸ CHAUI, M. O que é ideologia. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, pág. 21 in VILLAÇA, Flavio (1999) "EFEITOS DO ESPAÇO SOBRE O SOCIAL NA METRÓPOLE BRASILEIRA" in SOUZA, Maria Adélia Ap. de; LINS, Sonia Correia; SANTOS, Maria do Pilar Costa; SANTOS, Murilo da Costa (orgs. 1999) METRÓPOLE E GLOBALIZAÇÃO - CONHECENDO A CIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo, Editora CEDESP, 1999.

de concentração, valorizando ainda mais as suas localizações, além de facilitar o melhoramento da infraestrutura desta única região por parte do Estado, ao qual exerce um controle, de maneira a atender predominantemente os seus interesses. Viabiliza ainda a desejada apropriação diferenciada do produto do trabalho social despendido na produção do espaço urbano através da valorização imobiliária das suas propriedades (localizações) nesta área da cidade.

A ANÁLISE DE CSABA DEÁK:

Para Csaba Deák, as aglomerações urbanas são o próprio local da produção e da reprodução social a elas cabe o papel de assegurar as condições de reprodução da força de trabalho aos níveis requeridos pelo estágio de desenvolvimento da sociedade (DEÁK, 2016). O espaço urbano será estruturado de acordo com as necessidades de reprodução de cada sociedade.

O princípio de organização das sociedades capitalistas é a tendência à generalização da produção de mercadorias resultando em um processo de acumulação dentro de um mercado unificado. Um dos requisitos para a produção de mercadorias é a implementação de uma infraestrutura básica que dê suporte à produção, à circulação da produção e à reprodução da força de trabalho. Essa infraestrutura, por não ser mercadoria, ou seja, não ter valor de troca apenas valor de uso, não pode ser produzida pelos capitalistas, cabendo então ao Estado o seu planejamento, sua produção e sua implementação. “Tal é a dialética da forma-mercadoria, em que a produção é organizada pelos processos simultâneos e antagônicos de mercado e intervenção do Estado, sendo postulado a primazia do primeiro” (Deák, 2016, p. 144).

O espaço urbano é o resultado da provisão de infraestrutura por parte do Estado e do uso das localizações por processos individuais de produção e de reprodução. Segundo Deák (2016) ao produzir a infraestrutura, o Estado

pode **diferenciar** o espaço urbano, quando o estrutura com níveis diferentes de infraestrutura, ou **homogeneizar** o espaço urbano, quando o estrutura com níveis semelhantes de infraestrutura. O resultado implicará em diferentes dinâmicas de uso das localizações por processos individuais de produção e de reprodução.

Para Deák, o grau de investimento do Estado na construção de infraestrutura e o nível de diferenciação ou homogeneização do espaço urbano estão intimamente ligados ao estágio de desenvolvimento capitalista vigente em uma sociedade. Deák resgata a periodização do capitalismo proposta por Michel Aglietta, que identifica dois estágios distintos na dinâmica capitalista: o estágio da acumulação predominantemente extensivo, ou simplesmente estágio extensivo e o estágio da acumulação predominantemente intensivo, ou simplesmente estágio intensivo.

O estágio extensivo corresponde à própria extensão das relações capitalistas à parcelas crescentes da sociedade. Nesse estágio a acumulação acontece predominantemente pela expansão da produção de mercadorias com o sistemático assalariamento da força de trabalho, que anteriormente se ocupava com uma produção para subsistência, mediante a eliminação das terras comunais e sua transformação em propriedade privada. É nesse período que se dá o processo de urbanização das sociedades e o início da industrialização. “Acumulação é o crescimento do proletariado” escreveu Marx em 1865. No âmbito da produção, o estágio extensivo se caracteriza pelo rápido crescimento e as altas taxas de excedente e de lucro. Igualmente rápido é o crescimento do número de trabalhadores em condições miseráveis, que dão origem às aglomerações urbanas. O nível de reprodução da força de trabalho nesse estágio é baixo, pois as amplas reservas de trabalhadores ainda não assalariados garantem a expansão da acumulação.

O esgotamento do estágio extensivo acontece quando praticamente a totalidade da força de trabalho já está assalariada e urbanizada, inserida no processo de produção de mercadorias. Inicia-se então o estágio intensivo do capitalismo, quando a expansão da produção, e conseqüentemente a acumulação, fica restrita essencialmente ao aumento da produtividade, isto é,

quando a mesma quantidade de trabalho gera uma produção maior através do desenvolvimento de novos processos produtivos, da organização do trabalho e incorporação de novas tecnologias. Deák parafraseia Marx dizendo “no estágio intensivo, acumulação é o crescimento da produtividade do trabalho” (Deák, 2016, p. 121)

A necessidade de uma mão de obra mais qualificada que dê conta dessa nova organização da produção, novas técnicas e máquinas mais sofisticadas, implica numa reestruturação profunda das condições de vida do trabalhador. A melhora das condições de vida dos trabalhadores passa necessariamente pela melhora das condições urbanas, local da reprodução da força de trabalho, através da implantação de infraestrutura e serviços urbanos.

“Em termos concretos isso significa elevação dos salários diretos e, por parte do estado, provisão de ensino e educação abrangente, serviços de saúde, condições ambientais (e não apenas sanitárias) melhores e provisão até de uma estrutura de lazer correspondente à paulatina redução da jornada de trabalho. [...] Tais infraestruturas e serviços, a cargo do Estado, precisam ser planejadas de acordo com as necessidades do desenvolvimento e surge assim uma nova atividade: o planejamento urbano, que tem a finalidade de assegurar um padrão de urbanização compatível com o estágio de desenvolvimento da sociedade. O estágio intensivo engendra assim a gênese do planejamento urbano”. (Deák, Csaba, 2016. Pág. 122)

O estabelecimento dos níveis de serviços providos pela infraestrutura urbana é, como visto acima, consequência do respectivo estágio de desenvolvimento da sociedade, que impõe as condições de produção e reprodução social e, em particular, o nível de subsistência da força de trabalho (*op. cit.*, pág. 135). O nível dos serviços providos pela infraestrutura urbana irá impactar diretamente no nível de diferenciação ou de homogeneização do espaço

urbano que, por sua vez, irá influenciar os preços das localizações inseridas neste espaço.

Segundo Deák, para entendermos como se produz e se estrutura o espaço de determinada sociedade é necessário compreender como está estruturado o processo de produção e reprodução desta sociedade. Deák resgata as especificidades da formação da sociedade brasileira, como sociedade de elite, para entender o processo de sua reprodução e sua respectiva forma de produção e estruturação do espaço, em especial na Região Metropolitana de São Paulo.

A sociedade brasileira foi forjada durante o período colonial, época em que a produção era formada e organizada em função da produção de excedente a ser expatriada e enviada à metrópole. Um dos artifícios para a manutenção da dependência da colônia em relação à metrópole foi a proibição do desenvolvimento de qualquer produção que não fosse estritamente necessária ao objetivo de exportar o excedente ou de qualquer coisa que pudesse significar um ganho de autonomia para a colônia, como a implantação de Indústrias, cursos superiores, estradas, imprensa, etc.

Após a independência e, portanto, com o término do ciclo de exploração colonial, não houve, por parte da sociedade local, o rompimento dessa organização social, mas o aparelhamento do novo Estado para a manutenção dessa organização. A sociedade de elite local, que vinha se reproduzindo com base na expatriação do excedente para a metrópole durante todo o período colonial, para manter condições para a sua reprodução impõe um novo processo de expatriação do excedente baseado no pagamento da dívida externa convenientemente herdada de Portugal como condição para a sua anuência ao processo de independência.

“Na história em pé, a sociedade colonial forjada por forças externas (da metrópole) constituiu, na independência, as condições de sua reprodução por suas próprias forças. A base institucional dessa reprodução é o Estado, criado precisamente para este fim. Sua base de produção material é a acumulação

entrapada [...], um processo de expatriação de excedente que toma o lugar da exploração colonial.” (Deák, 2016, p. 143/144)

Nas sociedades burguesas, onde as bases para a sua reprodução social estão assentadas na acumulação desimpedida e no pleno desenvolvimento das forças produtivas, a dependência crucial da taxa de excedente da produtividade do trabalho trouxe condições inteiramente novas para a reprodução da força de trabalho que, visando assegurar o aumento da produtividade, tomam forma concreta no estado de bem-estar social.

Ao contrário das sociedades burguesas, as bases para a reprodução da sociedade de elite brasileira é a acumulação entrapada, que tem como premissa a expatriação de grande parte do excedente da produção nacional através, entre outras coisas, do pagamento dos juros da dívida externa, da desnacionalização da indústria e a conseqüente remessa de lucros para o exterior – entreguismo, que funcionam como entrapes para a acumulação local, assegurando a continuidade da precariedade do padrão produtivo e da vida econômica do país. O pleno desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente passagem para um estágio de desenvolvimento baseado na acumulação desimpedida, tanto necessita quanto provoca uma elevação dos níveis de reprodução da classe trabalhadora, o que é entendido pela superprivilegiada sociedade de elite brasileira como uma ameaça à sua hegemonia. A acumulação entrapada cujo princípio é a expatriação do excedente, por ser um processo antagônico ao desenvolvimento das forças produtivas é, portanto, continuamente reimposto pelas classes dominantes contra a tendência para a ampliação da reprodução local e a favor da manutenção do *status quo*, ou seja, da manutenção da ordem social vigente.

A contínua reprodução da sociedade de elite no Brasil que vem ocorrendo desde o período colonial e a conseqüente manutenção do princípio da expatriação de excedente impede a transição do processo de acumulação entrapada para um processo de acumulação desimpedida no país, em outras palavras, impede a transição para um estágio de acumulação intensiva, trazendo, entre outras coisas, visíveis conseqüências para o meio urbano.

Do ponto de vista do processo urbano, a sociedade de elite difere da burguesa, segundo Deák, em dois pontos essenciais: Primeiro no nível de reprodução da força trabalho que é cronicamente baixo e que, combinado com uma infraestrutura urbana precária, resulta em condições urbanas igualmente precárias (DEÁK, 2006). A segunda característica contundente é a diferenciação do espaço urbano como reflexo de sua estrutura social, ou seja, uma pequena parcela da cidade onde se concentra um alto padrão de urbanização e uma boa qualidade ambiental e uma imensa área urbana com precário padrão de urbanização e uma qualidade ambiental baixa. O setor sudoeste da cidade que é descrito por Deák como um triângulo equilátero de 15 a 20km de lado é onde se concentra a maior parte das residências da população de mais alta renda e das atividades econômicas, exceto as indústrias (DEÁK, SHIFFER, 2007). Os outros setores e a periferia consistem em residências de classe média e da classe trabalhadora, nesta última é onde as condições da infraestrutura e as condições ambientais são precárias chegando frequentemente à virtual ausência de infraestrutura urbana.

Um espaço tão heterogêneo quanto às condições ambientais e presença de infraestrutura induz a uma competição pelas localizações mais bem servidas e, conseqüentemente, à elevação dos seus preços, que, segundo Deák, tem sido interpretada como resultado de “especulação imobiliária” e introduz diferenciações no uso do solo as quais têm sido vistas como “segregação espacial”, especialmente a separação dos assentamentos residenciais de alta renda dos demais, frequentemente designados de periféricos (DEÁK, 2006).

“A população de alta-renda tradicionalmente ocupou a área sudoeste. Conforme a cidade foi crescendo, seu centro começou migrar para o sudoeste, como que seguindo a população de alta-renda. Após várias extensões aos saltos, as novas localizações das sedes de empresas e escritórios chegaram a uns 15km do centro antigo (DEÁK, SHIFFER, 2007, p. 3).

O “padrão histórico” de urbanização deveria se esgotar juntamente com o estágio extensivo (no Brasil, nos anos 70), mas o impasse imposto pela sociedade de elite impede a transição ao estágio intensivo pois esta prefere manter o *status quo* mesmo ao preço de aprofundar também seus antagonismos. No entanto, é seguro afiançar que as condições urbanas não melhorarão significativamente sem a transformação do próprio princípio de organização da sociedade, com a remoção dos entraves ao desenvolvimento. (DEÁK, 2006).

CONCLUSÃO

Um leitor desatento pode concluir que tanto Villaça como Deák pensam a produção e a organização do espaço urbano de São Paulo de maneiras semelhantes. De fato existem muitos pontos em comum entre eles. Ambos concordam que o eixo centro-sudoeste de São Paulo é bastante privilegiado quanto à qualidade ambiental e a provisão de infraestrutura em comparação às outras áreas da cidade. Ambos os autores também relatam o deslocamento do centro, seguindo as localizações onde estão as classes de alta renda. Também estão de acordo quanto a existência de uma segregação espacial entre as classes mais abastadas, que habitam região sudoeste, e as classes médias e baixas que habitam as outras áreas da cidade. A diferença fundamental entre os dois autores é que segundo Villaça essa segregação espacial faz parte de uma estratégia das elites para viabilizar uma apropriação diferenciada do trabalho social exercido na produção do espaço através da valorização imobiliária das suas localizações, enquanto para Deák a segregação espacial existente é apenas uma consequência de um padrão de urbanização próprio de uma sociedade de elite e das peculiaridades do processo de acumulação entravada.

Deák defende que um padrão de urbanização é sempre historicamente específico de uma determinada sociedade em um determinado estágio de desenvolvimento. O padrão histórico de urbanização no Brasil corresponde à precariedade que acompanha a urbanização predatória do estágio extensivo.

O processo de acumulação entravada retarda o progresso técnico, e, com ele, a elevação do nível de reprodução da força de trabalho (DEÁK, 2006). Segundo Deák este processo traz uma série de consequências para o espaço que permanece com condições urbanas precárias em infraestrutura e em condições ambientais, assim como em baixos níveis de serviço dos equipamentos e serviços urbanos. A pouca infraestrutura é desigualmente distribuída, contribuindo ainda mais para a heterogeneidade do espaço. O resultado é um espaço urbano muito diferenciado, com uma área menor relativamente bem atendida em infraestruturas e outra maior na qual reina a precariedade extrema. A competição pela localização mais bem servidas faz com que os diferenciais de preços das localizações sejam altos e uma pronunciada segregação espacial por renda familiar é o resultado dessa concentração de investimentos em um único setor da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CARVALHO, Jorge Pessoa. *A TIPOLOGIA DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS E SUA RELAÇÃO COM O TECIDO URBANO DA CIDADE. UM ESTUDO DE SUAS TRANSFORMAÇÕES NOS ÚLTIMOS 40 ANOS*. Dissertação de Mestrado. FAU-USP, 2008.

DEÁK Csaba. *EM BUSCA DAS CATEGORIAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO*. São Paulo Annablume, 2016.

DEÁK, Csaba (2006) *INFORMALIDADE NAS SOCIEDADES DE ELITE DA AMÉRICA LATINA - SEMINARIO INTERNACIONAL: Teoría y política sobre asentamientos informales* Universidad Nacional de General Sarmiento · Instituto del Conurbano, Buenos Aires

DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli (2007) *A METRÓPOLE DE UMA SOCIEDADE DE ELITE* in SEGBERS, Klaus et alii (2007) *The making of global city-regions* Johns Hopkins, Baltimore

ROLNIK, Raquel - *A CIDADE E A LEI: LEGISLAÇÃO, POLÍTICA URBANA E TERRITÓRIO NA CIDADE DE SÃO PAULO*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

ROLNIK, Raquel. *REESTRUTURAÇÃO URBANA DA METRÓPOLE PAULISTANA: ANÁLISE DE TERRITÓRIOS EM TRANSIÇÃO*. Campinas: PUC -Campinas; Instituto Pólis. Relatório final de pesquisa, 2000. Não publicado.

VILLAÇA, Flavio *EFEITOS DO ESPAÇO SOBRE O SOCIAL NA METRÓPOLE BRASILEIRA* in SOUZA, Maria Adélia Ap. de; LINS, Sonia Correia; SANTOS, Maria do Pilar Costa; SANTOS, Murilo da Costa (orgs.) *METRÓPOLE E GLOBALIZAÇÃO - CONHECENDO A CIDADE DE SÃO PAULO*. São Paulo, Editora CEDESP, 1999.

VILLAÇA, Flavio (2011) "SÃO PAULO: SEGREGAÇÃO URBANA E DESIGUALDADE" In *Estudos Avançados*, Volume 25, nº 71. Jan / Abr, 2011.